



Universidades Lusíada

Fadigas, Leonel de Sousa, 1947-

A natureza na cidade : uma perspectiva para a sua integração no tecido urbano

<http://hdl.handle.net/11067/642>

Metadados

Data de Publicação	1996
Resumo	Dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico do Arquitecto paisagista Prof. Leonel de Sousa Fadigas. Os espaços abertos, a fauna, a flora e as periferias rurais constituem, por si, para além de suporte de actividade biológica diversificada, uma realidade urbana essencial para a criação de sistemas ambientais equilibrados e para a gestão racional dos recursos. Sendo, por isso, factores determinantes da qualidade ambiental exigida para a vida nas cidades e, como tal, elementos estrutura...
Palavras Chave	Arquitectura paisagística urbana - Aspectos ambientais, Arquitectura paisagística urbana - Planeamento
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] LRCCA, n. 2 (Junho 1996)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-22T14:27:22Z com informação proveniente do Repositório

**A NATUREZA NA CIDADE,
UMA PERSPECTIVA PARA A SUA
INTEGRAÇÃO NO TECIDO URBANO**

Leonel Fadigas

**DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM PLANEAMENTO
URBANÍSTICO DO ARQUITECTO PAISAGISTA
PROF. LEONEL DE SOUSA FADIGAS**

FACULDADE DE ARQUITECTURA/UTL (23.11.95)

Resumo

Os problemas ambientais constituem um referencial importante para a definição das estratégias de planeamento e de gestão das cidades porque cada vez mais as cidades são entendidas como ecossistemas específicos e forma dominante de habitat humano.

Razão para que se não limite aos aspectos funcionais e de composição urbanística a atenção a dar à forma urbana, à organização do território que a suporta e às relações que se estabelecem com as suas envolventes.

Os espaços abertos, a fauna, a flora e as periferias rurais constituem, por si, para além de suporte de actividade biológica diversificada, uma realidade urbana essencial para a criação de sistemas ambientais equilibrados e para a gestão racional dos recursos. Sendo, por isso, factores determinantes da qualidade ambiental exigida para a vida nas cidades e, como tal, elementos estruturantes do sistema global de espaços verdes urbanos e periurbanos.

O alargamento do conceito de *de Jardim e parque* urbanos, explica o desenvolvimento dos conceitos e critérios que, a partir da revolução industrial, determinaram concepções e modelos de organização urbana onde a natureza veio assumindo importância crescente como elemento de composição urbanística e valor cultural.

Pretende-se, assim, articular a componente teórica da sua abordagem com a formulação de propostas práticas de aplicação, preocupação sempre útil numa perspectiva de investigação aplicada, funcionando esta aplicação como aferição da justeza das opiniões expressas e como contributo para uma intervenção profissional alargada de qualificação urbana e ambiental.

Ao abordar as relações entre o espaço natural e o espaço construído, tipologias, usos e funções dos espaços verdes, numa perspectiva onde urbanismo e antropologia cultural e a sociologia se entrelaçam o autor fundamentou uma metodologia de integração da natureza na cidade, com solidez e uma fluida narrativa das ideias e das propostas.

A dissertação organiza-se ao longo de doze capítulos dedicados ao estudo do processo de urbanização (cap. I), dos conceitos ligados aos espaços livres e espaços abertos (cap. II), aos valores naturais e às suas relações com a qualidade do ambiente urbano (cap. III cap. IV), a cidade e a sua envolvente rural (cap. V), fauna e flora em ambiente urbano (cap. VI), os espaços verdes na cidade (cap. VII), e os espaços verdes e o urbanismo (cap. VIII), os espaços verdes urbanos da utopia à realidade (cap. IX), a caracterização tipológica dos espaços verdes (cap. X), concluindo pela definição de uma estratégia (cap. XI), e pela apresentação dos casos concretos (cap. XII).

As cidades são territórios emblemáticos e míticos onde a presença da natureza tem, para além da vertente ecológica, um valor simbólico que as liga a um espaço, uma memória e uma cultura. Uma cultura urbana emergente não pode deixar de conflituar com os modelos dominantes de planeamento urbano enquanto matrizes de reprodução de modelos funcionais e de dissertação em causa, de que as cidades são espaços de liberdade.

Neste sentido se enquadram as explicitações concretas de aplicação, todas elas correspondendo a intervenções urbanísticas de responsabilidade directa, ou em regime de colaboração, do autor, ao longo de um período longo de actividade, com início em 1977, e que se prolonga até ao presente.

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA TERRITÓRIO E AMBIENTE

Comunicação ao Forum Metropolitano de Lisboa, Barreiro, Julho 1995

Leonel Fadigas

1. A Área Metropolitana de Lisboa é um território complexo, dividido, em busca de uma identidade e de uma lógica de organização que potencialize os seus recursos e melhore o quadro de vida da população que nela reside e trabalha.

É um território extenso, integra 18 municípios, com uma área de total de 3 121,18 Km² e uma população residente de mais de 2,5 milhões de pessoas ⁽¹⁾, isto é, vive na Área Metropolitana de Lisboa ⁽²⁾ mais de 1/4 da população portuguesa.

Dividido ao meio pelo Tejo e dividido também em duas realidades urbano-territoriais bem diferentes e nem sempre complementares: caracteriza-se uma pela sua urbanização intensa e a outra por uma expressão rural dominante. A esta dualidade correspondem ainda dois vectores principais de desenvolvimento urbanístico e socio-económico a que agora se juntam e condições de funcionalidade identificadoras de dois universos em tensão de equilíbrio, umas vezes complementares outras simplesmente competitivos e que têm a ver com o peso e a importância relativa das duas maiores cidades que a integram: Lisboa e Setúbal.

Na margem Norte ⁽³⁾, a densidade populacional mostra bem como estas realidades existem, oscilando os seus valores entre os 7 912 habitantes/km² em Lisboa ou os 7 453 habitantes/km² na Amadora e os valores bem mais modestos da Azambuja com apenas 74 habitantes/km². Cascais fica-se pelos 1 579 habitantes/km², valor próximo do de Loures (1 726 habitantes/km²), enquanto Oeiras mostra como a urbanização é ali de facto (3 308 habitantes/km²) em contraste com a ruralidade ainda presente no extenso concelho de Sintra (825 habitantes/km²), em Vila Franca de Xira (353 habitantes/km²) ou em Mafra (150 habitantes/km²).

(1) 2 540 276 habitantes em 1991, dos quais 1 899 783 na margem norte e 640 493 na margem sul.

(2) Densidade populacional: 813 habitantes/km²

(3) Densidade populacional: 1 187 habitantes/km²

Na margem Sul ⁽⁴⁾ o quadro sendo diferente apresenta na mesma dualidade. Dos 2 536 habitantes/km² do Barreiro ou dos 2 168 habitantes/km² de Almada, os valores oscilam até aos 95 habitantes/km² de Palmela, os 103 habitantes/km² do Montijo ou os 107 habitantes/km² de Alcochete. Situações intermédias ocorrem no Seixal (1 249 habitantes/km²) e na Moita (1 181 habitantes/km²), apresentando Setúbal apenas 607 habitantes/km² e Sesimbra 139 habitantes/km².

De facto o processo de organização e crescimento da Área Metropolitana de Lisboa mostra que o embrião da autarquia regional que pretendemos criar é ainda um ser frágil e em formação.

Estamos, pois, perante uma região onde as realidades e as contradições explicam a importância da congregação de esforços em busca de identidade de interesses comuns de médio e longo prazo.

Porque de facto é a identidade que está em causa quando se aborda a Área Metropolitana de Lisboa como um território em formação. Não no sentido geográfico do termo mas no sentido urbanístico e funcional. Colocando-se mesmo a questão de saber se devemos falar de um único território ou de uma polinuclearização de realidades urbanas, sociais e económicas cada uma delas correspondendo a casos específicos e identificados.

Aquilo que genericamente designamos por Área Metropolitana de Lisboa é fruto de uma ocupação antiga, intensa e persistente que se sedimentou ao longo dos tempos, articulando relações, criando complementaridades nem sempre consistentes, e dando corpo a uma realidade geográfica, social, económica e funcional em constante mutação com ritmos de crescimento e desenvolvimento desequilibrados.

O entendimento da Área Metropolitana de Lisboa como entidade territorial corresponde, por isso, à vontade de corporização do conceito funcional que anima um intenso fluxo de trocas que estão na base do processo de organização e de desenvolvimento económico, social e urbanístico do espaço habilitado em volta da cidade de Lisboa e dela dependente.

(4) Densidade populacional: 421 habitantes/km²

Os fluxos de trocas e de interdependências e de pressões sobre o meio e os recursos, o emaranhado de vias de comunicação que os permitem e estimulam, são causa e consequência das modificações que dão, permanentemente, expressão à realidade urbanística onde decorre a de vida das populações. Uma realidade onde são evidentes situações de paisagem degradada, de uso descontrolado dos solos, de ausência de infraestruturas e equipamentos, de carências habitacionais e de ambiente pouco qualificado.

2. Durante séculos esta extensão geográfica de duas partes de um todo viveu em regime de complementaridade, preservando autonomias e identidades. O Tejo era um espaço comum de dois, mais do que um traço de união entre margens. E assim continuou até há cerca de trinta anos.

Falar da Área Metropolitana de Lisboa é falar de uma realidade nova, emergente e de contornos e configuração ainda pouco claros. Sente-se na complexidade funcional, nos fluxos de pessoas e de mercadorias, na ocupação urbana e industrial mas não se sente nos espíritos.

Fala da Área Metropolitana de Lisboa pode, por isso, ajudar a identificar o objecto das nossas atenções, verbalizar a vontade de objectivar uma realidade que flui por entre os dedos e corporizar uma concepção administrativa que responda às necessidades urgentes de funcionamento equilibrado de um território que, de facto, é um território onde os problemas têm problemas.

Por muitas contradições que esta realidade contenha não pode isso ser ignorado: há problemas com o emprego, com os transportes, com as infraestruturas, com os equipamentos, com a habitação, com a coesão social, com o ambiente.

Mesmo que em paralelo se encontrem nela manchas de elevado potencial de rendimentos e qualidade de vida, a Área Metropolitana de Lisboa é, globalmente, uma região carênciada.

As transformações que a economia portuguesa sofreu no último meio século fizeram com que o seu crescimento demográfico se tenha processado a taxas muito elevadas fazendo dela a maior concentração urbana e populacional do país.

Um crescimento que fez com que, por efeito do em menos quarenta anos, se transformaram em importantes aglomerados urbanos alguns lugares de pequena ou nula expressão urbana e pendor vincadamente rural.

Amadora, Sacavém, Agualva-Cacém ⁽²⁾, Amora ou o Seixal são disso, entre outros, um bom exemplo.

A componente urbano-industrial da região acentuou-se ao longo das vias de comunicação, empurrando as áreas agrícolas e florestais para uma periferia cada vez mais distante, e criando, com isso, um sistema funcional energética e alimentariamente dependente do exterior.

A concentração urbana e populacional exerce, em toda a Área Metropolitana de Lisboa uma pressão muito forte sobre os recursos naturais disponíveis, fragilizando os ecossistemas mais sensíveis, do que resultam desequilíbrios ambientais progressivamente mais graves.

O processo de urbanização que está na origem da Área Metropolitana de Lisboa apresenta-se, pois, como um processo de destruição, mais do que de simples alteração, da paisagem física e humana que, por milénios, suportou a ocupação da região.

Foram destruídos equilíbrios, delapidaram-se recursos, muitos deles de forma irreversível, e o que se ganhou em troca não garante a reposição apropriado dos equilíbrios afectados.

3. Na margem sul, Almada, Cova da Piedade, Laranjeiro, Feijó, Corroios, Miratejo, Cruz de Pau e Fogueteiro são uma mancha edificada praticamente contínua criada nos últimos trinta anos pelo efeito indutor que a construção da Ponte sobre o Tejo teve no processo de urbanização desregrada da parte norte da península de Setúbal.

Mas um efeito semelhante existe na margem norte, no corredor de Loures-Vila Franca de Xira, Linha de Sintra e eixo Lisboa-Cascais, onde as manchas de construção e uso urbano-industrial se

(2) Evolução da população entre 1940 e 1991:
1940 - 2614 hab.; 1950 - 4180 hab.; 1960 - 7462 hab.; 1970 - 16 665 hab.; 1981 - 49 929 hab.; 1991 - 56 169 hab.

apresentam como extensões da cidade de Lisboa, linearmente organizadas ao longo dos eixos viários e ferroviários.

Num como noutro caso o uso do espaço pelas infraestruturas de transporte determinou modos próprios de ordenamento do território, geralmente desordenado, com grande desperdício de espaço, e sem entender que o espaço é um recurso natural finito.

Uma política de obras públicas não é, por isso, uma política neutra de resolução de problemas; é sempre, uma forma de, sem planos, se fazer planeamento, sem regras urbanísticas se introduzirem formas de urbanismo espontâneo ou muito condicionado. No caso concreto da Área Metropolitana de Lisboa se acentuar a macrocefalia de Lisboa no contexto regional destruindo praticamente a hipótese de desenvolvimento equilibrado de centros urbanos complementares capazes de nuclearizarem uma rede urbana qualificado no quadro de uma região poli-nucleada.

Com o que ganharíamos todos: as populações porque menos dependentes de um número restrito de polos de emprego e consequentemente menos dependentes de um sistema asfíxiante de transportes, e por isso com maior economia de custos para viverem e mais tempo livre; o território porque melhor gerido, ocupado e utilizado; o ambiente porque menos sujeito a factores de degradação.

Mas a realidade que temos pela frente é a que é e, portanto, importa apenas ver em que medida ainda vamos a tempo para corrigir o que pode ser corrigido, alterar o que pode ser alterado, prevenir o que pode ser prevenido.

Tudo para que seja possível, ainda, pensarmos na definição de modelos de gestão para a Área Metropolitana de Lisboa compatíveis com um processo equilibrado de desenvolvimento auto-sustentável.

O que naturalmente abarca um conjunto alargado de temas - transportes, ao emprego, habitação, equipamentos, serviços, recreio, cultura, coesão social - que naturalmente não pode ser objecto de tratamento no tempo limite que é imposto.

4. De um ponto de vista ambiental a realidade actual da Área Metropolitana de Lisboa mostra que os factores de degradação do meio estão presentes e activos.

As mudanças culturais e económicas; o peso crescente das actividades ligada ao turismo, ao lazer e ao recreio de ar livre; o aumento das taxas de motorização a um ritmo de 20% ao ano; são indicadores muito úteis para a avaliação da evolução do território e do uso e para a verificação de como as alterações ambientais são, em toda esta região, de uma dimensão de que por vezes se não tem ideia.

Mas nem por isso temos de aceitar como inevitável uma degradação ambiental tão violenta que nos leva a duvidar que alguma vez tenha sido verdade o que Alves Redol escreveu, a propósito do rio Trancão, nesse tão esquecido e tão belo *Constantino, Guardador de Vacas e de Sonhos*:

“Pássaros não escasseiam pelo Freixial; e alguns passarões, é bem de ver, como em qualquer terruço habitado por homens.

A aldeia está envolvida por arvoredos, onde a passarada se pode acoitar e fazer ninho, gozando ainda a liberdade de silvedos e moitas, além da frescura e sombra das veredas e das margens do Trancão, um rio assomadiço no Inverno, mas parrana e apaulado quando o calor aperta.”

Mas não foram apenas as áreas da periferia da cidade de Lisboa que, de forma irremediável, sofreram transformações tão profundas que obrigam a que a sua requalificação ambiental seja uma tarefa prioritária e urgente.

As zonas costeiras, rurais, agrícolas e florestais, expectantes ou abandonadas pela pressão urbana ou pelo declínio das actividades agrícolas tradicionais, são zonas com interesse e qualidade ambiental, o que as torna sujeitas, tanto ou mais que as áreas urbanas centrais, a pressões de uso muito fortes.

Como é sabido a pressão de utilização faz-se sentir sempre, com intensidade, nas áreas naturais que pela sua qualidade ambiental e vizinhança de aglomerados urbanos, vias de comunicação e espaço disponível, reúnem predicados que as tornam apetecíveis para o turismo e recreio de ar livre.

O que está a acontecer no Guincho, Sesimbra ou Azeitão, mostra como a apetência por áreas de grande interesse ambiental, quando não enquadrada em regras claras de ordenação e gestão ambiental, degrada, irremediavelmente espaços de importância

estratégica para a qualificação ambiental da Área Metropolitana de Lisboa.

Não podemos, por isso abordar a evolução e o uso do território da Área Metropolitana de Lisboa sem ter isto em consideração. Tanto mais que o turismo e recreio de ar livre são formas específicas de uso do espaço muito dependentes da qualidade paisagística e ambiental.

O que faz com que a paisagem, como unidade estética, geográfica e cultural e como reflexo da acção do homem sobre o meio e da reacção da natureza assuma, neste quadro, um valor crescente como recurso não renovável e finito.

Não apenas porque estejam em causa valores estéticos ou culturais. Mas porque está em causa a capacidade de a Área Metropolitana de Lisboa poder suportar, ou não, um crescimento indefinido da sua população e poder continuar a oferecer os espaços qualificados essenciais para o recreio de ar livre de quem nela habita ou a procura. E para garantir a sua competitividade inter-regional no quadro de um desenvolvimento regional equilibrado capaz de gerar mais riqueza, mais emprego e mais igualitária repartição de rendimentos.

Sendo certo que no contexto actual das relações económicas a competitividade tende a depender mais da qualidade ambiental global que dos custos de mão de obra.

5. A qualidade ambiental é a expressão do estado do ambiente enquanto resultante da interligação das actividades económicas e das políticas ambientais, locais e nacionais.

É um facto que nem sempre acontece haver relação entre elas, o que mostra como neste, como noutros domínios, as intenções nem sempre se traduzem em acções. Ou, quando se traduzem em acções, nem sempre estas são eficazes, oportunas ou ajustadas às realidades e situações em concreto.

O caso dos resíduos sólidos é exemplar quanto a esta conflitualidade de interesses que à volta do ambiente surgem, na medida directa dos investimentos necessários à resolução eficaz dos problemas.

Na Área Metropolitana de Lisboa resíduos tóxicos e industriais compartilham com resíduos sólidos urbanos o drama da não existência de locais apropriados para deposição, tratamento e reciclagem.

A deposição clandestina de resíduos tóxicos, de produção local ou importados, é regra tão corrente que já nem é notícia a sua descoberta, mesmo quando ela ocorre na periferia de espaços habitados. De um ponto de vista ambiental este é um dos mais graves problemas que temos de enfrentar, sem subterfúgios, e com a consciência de que eles se não resolvem atirando para o quintal do vizinho o lixo que não queremos em casa.

Ou seja, fechando-se cada município numa atitude autista de insensibilidade face a uma questão que é central para a globalidade da comunidade e da região. Não podemos esquecer que diariamente se produzem mais de 2 500 toneladas de resíduos sólidos urbanos ⁽⁶⁾ em toda a Área Metropolitana de Lisboa. Um valor que corresponde a uma média de cerca de 1 kg por habitante ⁽⁷⁾. O que é muito mas mesmo assim, trata-se de um valor médio que nalgumas áreas é seguramente ultrapassado e que nos próximos anos tenderá a crescer.

O desenvolvimento e o progresso têm destas coisas: a produção de resíduos sólidos urbanos é um dos seus indicadores. Logo, à necessidade de progresso e de desenvolvimento associa-se a necessidade de recolha selectiva, da reciclagem e da reutilização dos resíduos que a grande cidade produz e para os quais há que encontrar destino compatível com a auto-sustentabilidade do território a qualidade do ambiente.

Queimá-los ou atirá-los para longe não é solução.

A qualificação ambiental e o equilíbrio ecológico garantias que são da estabilidade das paisagens não podem, por isso, ser um objectivo isolado e autónomo de ordenamento de gestão territorial.

⁽⁶⁾ Com a seguinte composição: Fermentáveis totais (M.O. e finos), 38,0%, Papel 33,7%, Plásticos 16,2%, Vidro 4,1%, Metais, 3,4%, Têxteis, 2%, Outros, 2,6%. (Dados do Pelouro do Ambiente/C. M. Cascais, 1994)

⁽⁷⁾ Estimativa feita a partir dos dados de Cascais: 200/220 toneladas/dia para uma população residente de 153 294 habitantes acrescida de 11 491 flutuantes por razão de trabalho, não considerando os fluxos turísticos de fim de semana e sazonais.

Terão de ser, isso sim, o objectivo central das actividades que têm a ver com o ordenamento e uso do solo e do território.

A paisagem é, sempre, fruto da acção modeladora dos homens e é um registo das relações sociais, económicas e de poder que caracterizam as diferentes épocas. Mas é, também, suporte de vida, memória e cultura.

Por tudo isto o ordenamento territorial terá que ser, na Área Metropolitana de Lisboa, como em qualquer outro lado, uma contratualização de usos e o PROT, agora ressuscitado, um instrumento comum de gestão comumente aceite e não um espartilho imposto pelo centralismo administrativo, à revelia de uma saudável regionalização que é partilha de responsabilidades e solidariedade de interesses.

Torna-se ainda possível, por isso, conduzir uma estratégia de promoção e requalificação ambiental que, para além de acções de salvaguarda e valorização do património natural e ambiental e dos valores afectivos ou culturais a eles associados, dê expressão a uma qualificação urbanística dos espaços habitacionais e de algumas áreas industriais, com melhoria da qualidade do ar e dos sistemas de recolha, tratamento e reciclagem dos resíduos sólidos.

6. Sabendo como são hoje crescentes as necessidades de espaços livres para actividades de recreio e lazer, esta questão ganha uma importância acrescida no contexto da avaliação da estrutura ambiental de um território com as potencialidades e a realidade urbana e natural que a Área Metropolitana de Lisboa tem.

Para isso contribuem a pressão demográfica, as novas relações entre os cidadãos e o território e entre si, o carácter multipolar e multiforme da expansão urbana, a crescente pressão resultante do "stress" urbano, bem como as rápidas mudanças, reais ou imaginárias, de estatuto social. Neste quadro se insere fenómeno sociologicamente novo e politicamente importante da emergência de novos valores urbanos de cidadania.

O recreio, ou a sua possibilidade, é condição para a manutenção dos equilíbrios vitais das gentes que, vivendo em comunidade, nela têm de encontrar os espaços, os momentos e a disponibilidade para a evasão e o retorno a situações que a antropologia cultural explica e a sanidade mental exige.

Não podemos esquecer que são os grandes aglomerados urbanos, em especial os de crescimento rápido, como os subúrbios das grandes cidades, aqueles onde os índices de perturbações psicológicas são mais elevadas.

O que reforça a importância do planeamento urbano e territorial e do desenho e tratamento dos espaços urbanos na qualificação ambiental dos espaços habitados. Neste âmbito, as questões ambientais acabam por se ligar estreitamente com a qualificação urbanística, a infraestruturização do espaço, o saneamento básico e a oferta de equipamentos colectivos de recreio, lazer e cultura.

Por forma a que, numa perspectiva integrada, o território ganhe e potencialize uma dimensão humana que lhe dê sentido e assegure condições de qualidade de vida ao conjunto da população que o habita.

7. O esgotamento ou a perda de produtividade dos recursos naturais e a degradação da qualidade do ambiente tem custos. Custos económicos e sociais envolvendo compensações e substituições, incorporação de energia, tecnológica e capital.

O processo de crescimento, uso e apropriação do espaço, se não tiver isso em conta, acentuará definitivamente e irremediavelmente aquela degradação.

Em termos muito simples vale a pena, por isso, centrar a atenção no efeito que o processo de crescimento da Área Metropolitana de Lisboa teve e tem na gestão dos recursos naturais disponíveis e na paisagem.

Como consequência do seu processo de crescimento a desregulação ambiental é grande.

Como é sabido o processo de crescimento da Área Metropolitana de Lisboa fez-se ao longo de múltiplos eixos viários aproveitando ao máximo a acessibilidade daí resultante até ao momento em que o seu congestionamento levou ao aparecimento de outros, posteriormente congestionados, e assim sucessivamente.

Um ciclo que só um eficaz e equilibrado ordenamento territorial pode interromper.

8. Uma paisagem desordenada traduz sempre interesses conflituais e antagónicos, uma desequilibrada distribuição demográfica e de actividades, uma delapidação crescente de recursos. E, bem assim, uma acentuada degradação das relações sociais, da vida em comunidade e um preocupante crescimento da marginalidade geradora de tensões e de instabilidade social.

A correcção desta realidade, que pode ser trágica, passa pela adopção de uma estratégia alternativa de ordenamento, uso e gestão do espaço e de instalação de actividades e áreas residenciais e de requalificação ambiental onde a oferta de espaços destinados ao recreio de ar livre e ao lazer se não limitem às praias do litoral atlântico.

As áreas residenciais e de trabalho não podem ficar à margem deste processo e nelas também a qualidade ambiental é condição de desenvolvimento.

9. O ambiente urbano é a resultante de um sistema complexo de factores que são resultado do modo como se processa o uso e a transformação de uso do solo.

Diz respeito às características visuais ou cénicas do espaço edificado, da controle do ruído industrial e urbano, da qualidade do ar e da água, da maior ou menor presença de espaços verdes, da densidade populacional e da construção, do conforto das habitações e dos transportes, do processo de recolha, tratamento e reciclagem dos lixos e esgotos, da qualidade do ar e da água. Mas também diz respeito ao modo como se gerem globalmente os recursos disponíveis e se controlam os factores de risco ambiental.

Muito especialmente as cheias que, na margem norte, têm uma presença regular como resultado de um regime de chuvas onde as precipitações torrenciais são frequentes e grande a impermeabilização do solo.

Se associarmos a isso a existência de cursos de água de curta extensão com tempos de escoamento curtos, maiores são os riscos de ocorrência de concentrações e de elevados volumes de água e de inundações.

Não estão neste caso apenas em causa os aspectos hidráulicos relativos ao controle das cheias mas também os que, de um ponto de

vista social, têm a ver com os custos das destruições de bens e de perdas de vidas que as acompanham.

10. Nesta perspectiva, revela-se cada vez mais importante uma reflexão sobre a relação entre a gestão território e a qualificação dos espaços habitados, na Área Metropolitana de Lisboa, numa visão integrada das preocupações ambientais e de melhoria das condições de vida das populações afectadas.

As manchas de ocupação urbana e industrial, vias de comunicação, áreas de lazer e actividades produtivas de ar livre (agricultura e floresta de uso múltiplo) são formas de uso do espaço que desafiam, permanentemente, a oferta de um melhor quadro de vida às populações metropolitanas.

A paisagem, tratada com o mesmo cuidado e intenção com que se tratam e requalificam os conjuntos urbanos e monumentais com importância histórica e patrimonial, valoriza-se esteticamente e aumenta o seu potencial biótico, através da gestão integrada dos seus recursos.

A avaliação do quadro ambiental da Área Metropolitana de Lisboa mostra que ainda é possível salvaguardar aspectos e situações essenciais para a estabilidade das suas paisagens.

Salvaguardando as zonas húmidas do Tejo e Sado e dos seus esteiros, preservando e valorizando corredores ambientais e manchas agro-florestais estruturantes do sistema natural, defendendo a qualidade da orla costeira nos trechos ainda não ocupados e alargando a oferta de espaços verdes públicos no interior e na periferia dos aglomerados urbanos, especialmente nos residenciais.

Paralelamente não deixando de considerar que é factor de promoção ambiental desta região a viabilização da actividade agrícola e florestal como condição de impedimento da ruptura dos actuais sistemas produtivos e de manutenção dos equilíbrios ecológicos vitais.

Não podemos esquecer que os recursos naturais correspondem a um valor económico e a um valor ecológico.

À sua *utilidade*, centrada no homem e referido a elementos por

ele directa ou indirectamente apropriáveis, e à *eficiência económica*, entendida esta como uma noção de utilidade que tem em conta a sua capacidade para gerar riqueza, acresce a *eficiência ecológica*, traduzida, aqui, na capacidade que os recursos naturais têm para aumentarem a produção de biomassa.

11. À laia de conclusão poderemos dizer que a Área Metropolitana de Lisboa, enquanto território constitui uma realidade em transformação cuja estruturação e ordenamento passa pela qualidade de vida e do emprego, pela valorização da qualidade dos espaços habitados e habitáveis, sem que isso constitua, uma simples preocupação estética socialmente conservadora e egoísta.

A qualidade não é um luxo; é uma necessidade e uma exigência para garantia, futura dos recursos disponíveis, através de um efectivo contrato de solidariedade entre gerações, que garanta uso actual dos de bens patrimoniais naturais e ambientes de somos usufrutuários.

A sua institucionalização administrativa é, por isso, uma condição essencial e instrumento decisivo.

Resta agora que cada um contribua na parte que lhe toca, de acordo com a regra que melhor se adapta a uma situação como esta: pensar globalmente e agir localmente.

De outra forma: fazer da Área Metropolitana de Lisboa uma região, já.